

# NOZICK, JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E “ANARQUIA, ESTADO E UTOPIA”

André Assi Barreto<sup>1</sup>

**Resumo:** Robert Nozick (1938-2002) é um filósofo americano que até “Anarquismo, Estado e Utopia” ocupou-se da epistemologia, adentrando o debate da filosofia política a partir da obra citada, sendo que a mesma constitui uma réplica libertária a “Uma teoria da Justiça” de John Rawls. Na obra que lhe rendeu reconhecimento, Nozick defende, em termos tanto de moral quanto de direitos, a existência de um “Estado mínimo”, isto é, um estado que preserva e garante direitos individuais. A obra coloca o pensador entre os anarcocapitalistas (especialmente Murray Rothbard), que propõem a abolição completa do Estado e, particularmente, John Rawls, que propunha o Estado como promotor de justiça por meio da distribuição da riqueza desde seu conceito de “véu de ignorância”. A obra gerou desconforto no meio acadêmico, além de muitas críticas, pois até então os argumentos de Rawls gozavam de aceitação geral. Na sua defesa do Estado mínimo, Nozick enfrenta alguns problemas filosóficos já tratados por Locke, como a passagem de um estado de natureza para o estabelecimento do Estado e a origem dos direitos. Pretendemos seguir a trilha desses problemas, as soluções apresentadas por Nozick e então uma plena consideração dos fundamentos do Estado mínimo, constituindo, portanto – em sentido estrito – a defesa do libertarianismo estabelecida por Nozick.

**Palavras-chave:** liberdade – libertarianismo – capitalismo – indivíduo.

Antes de propriamente iniciar argumentação pretendida, façamos duas breves considerações. A primeira é sobre semântica. Robert Nozick é um autor norte-americano e, enquanto tal, ele utiliza uma terminologia distinta da usada na maior parte do mundo, inclusive no Brasil. Nos Estados Unidos, durante as décadas de 1920 e 1930 (especialmente durante o governo de F. D. Roosevelt), o termo “liberalismo” (liberalism) foi apropriado por aqueles que antes eram conhecidos como “progressistas”. Os antigos liberais, viram-se, então, sem uma palavra para descreverem sua própria posição. Com isso, dois termos passaram a ser utilizados para esse propósito: *liberais clássicos* e *libertários*. A palavra libertário, porém, está mais associada a

---

<sup>1</sup> É mestrando pela Universidade de São Paulo (USP). O presente trabalho é fruto de longa, cuidadosa e interessada pesquisa pessoal, sendo que também será apresentado por ocasião da XVI ANPOF a se realizar em Campos do Jordão. E-mail: andre.assibarreto@gmail.com.

defensores mais radicais da liberdade negativa do que os assim chamados liberais clássicos. Nesse sentido, Nozick é classificado como um autor libertário e usaremos o termo com essa acepção ao longo do texto.

A segunda consideração é sobre a radicalidade que define o libertarianismo. Os libertários questionam a provisão e o monopólio estatal de muitos bens e serviços que a grande maioria dos antigos liberais clássicos nem cogitavam poderem ser fornecidos pelo setor privado. Libertários defendem a desestatização em setores como previdência, educação, saúde e transporte (nem mesmo as ruas e rodovias escapam). No limite, os mais radicais condenam todas as atividades estatais – quaisquer que sejam elas. Esses mais radicais são conhecidos como anarco-capitalistas<sup>2</sup>. Os anarco-capitalistas defendem a extinção do Estado e sua substituição por agências privadas de segurança concorrentes. Entre os maiores expoentes do anarco-capitalismo estão David Friedman (utilitarista) e Murray Rothbard (jusnaturalista).

Feito esse breve preâmbulo, tratemos de Nozick, o nosso tema principal. Em sua juventude, Robert Nozick era um socialista convicto. Até o término de sua graduação, no entanto, ele nunca havia se confrontado com argumentos elaborados a favor do capitalismo. Foi somente na sua pós-graduação em Princeton que ele teve contato com ideias pró-capitalistas. Um de seus colegas, Bruce Goldberg era um libertário ferrenho e, através dele, Nozick familiarizou-se com a teoria libertária, sendo apresentado a autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Henry Hazlitt.

O fato catalisador do interesse de Nozick pelo libertarianismo ocorreu, no entanto, somente por volta de 1968. Nesse ano, o seu amigo Goldberg o apresentou ao economista e filósofo libertário (e anarco-capitalista) Murray Rothbard. A conversa que Nozick teve com Rothbard fez ele perceber a força do libertarianismo e a importância do desafio anarquista à ideia de que os Estados podem ser legítimos. Depois desse encontro, Nozick passou a estudar com maior afinco os autores libertários. Inicialmente, sua pretensão era refutá-los. Com o passar do tempo, porém, ele se via cada vez mais convencido pelos argumentos, e acabou tornando-se ele próprio um libertário, mesmo que de forma relutante.

---

<sup>2</sup> Nozick refere-se a eles como anarquistas individualistas.

Em 1974, seis anos após seu encontro com Rothbard, Nozick publica seu livro *Anarquia, Estado e Utopia*. Já no prefácio de seu livro, Nozick diz que “Indivíduos têm direitos, e há coisas que nenhuma pessoa ou grupo pode fazer contra elas (sem violar esses direitos)” (NOZICK, 2011, p. ix) e enuncia que disso ele conclui que:

Nossas principais conclusões sobre o Estado são que um Estado mínimo, que se restrinja às estritas funções de proteção contra a violência, o roubo, a fraude e a coerção [enforcement] de contratos, e assim por diante é justificado; que qualquer Estado mais abrangente violará os direitos de as pessoas não serem obrigadas a fazer determinadas coisas, o que não se justifica; e que o Estado mínimo é ao mesmo tempo inspirador e justo (NOZICK, 2011, p. ix).

Para Nozick, filosofia política é filosofia moral aplicada. Como ele próprio diz:

“A filosofia moral determina as bases e os limites da filosofia política. O que as pessoas podem ou não fazer umas com as outras estabelece os limites daquilo que podem fazer por meio do aparelho do Estado, ou o que podem fazer para estabelecer esse aparelho” (NOZICK, 2011, p. 6).

É de grande relevância, então, falar um pouco sobre a teoria moral de Nozick antes de entrar no mérito da discussão de cada capítulo do seu livro. Os *direitos* ocupam uma posição fundamental na teoria de Nozick e eles devem ser entendidos como *restrições morais indiretas*, e não como objetivos a serem alcançados. Tratar os direitos como objetivos significa dizer que eles podem ser sacrificados se for julgado que há outros objetivos mais importantes. Tratar os direitos como restrições morais, por outro lado, significa restringir a forma com que os objetivos humanos podem ser alcançados, de modo que essas não devem de forma alguma violar tais direitos. Para Nozick, teorias morais pautadas puramente por objetivos (e que não incluem restrições morais) são problemáticas por não respeitar a inviolabilidade das pessoas. É da própria natureza dessas teorias que haverá casos em que elas requererão que nós sacrifiquemos os direitos individuais para alcançar outros objetivos. Nos termos kantianos, tais teorias permitem o tratamento de pessoas como meros meios, e não como fins em si mesmas, o que Nozick considera inaceitável. Se as restrições morais são ou não estritamente absolutas, porém, é um grande problema que Nozick simplesmente evade.

As restrições morais, segundo Nozick, incluem a proibição libertária à agressão, tornando moralmente impermissíveis a redistribuição e o paternalismo. Os direitos individuais proíbem o

uso da força e da ameaça de força, exceto em casos de autodefesa. Para justificar essas restrições morais libertárias, Nozick considera o fundamento kantiano dos direitos:

As restrições indiretas à ação refletem o princípio kantiano implícito de que os indivíduos são fins e não simplesmente meios; não podem ser sacrificados ou usados para a realização de outros fins sem o seu consentimento. Os indivíduos são invioláveis (NOZICK, 2011, p. 37).

Indivíduos não devem ser coagidos, pois coerção significa o tratamento deles como meros meios. Tratar os indivíduos como fins implica respeitar os fins que eles possuem, ou seja, respeitar suas escolhas e não interferir em sua liberdade. Mas por que os indivíduos são invioláveis nesse sentido? As respostas tradicionais para essa pergunta são três: (i) porque os indivíduos são racionais; (ii) porque eles possuem livre arbítrio; e (iii) porque eles são agentes morais. Nozick diz não estar satisfeito com nenhuma dessas respostas individualmente. Em vez de optar por uma delas, ele sugere que deveríamos considerá-las conjuntamente e adicionar a elas a capacidade dos indivíduos de moldar sua vida de acordo com alguma concepção geral que ele escolheu<sup>3</sup>. Nozick suplementa essas considerações kantianas apelando para a separabilidade das pessoas: devemos respeitar que diferentes pessoas são separadas e têm vidas separadas para viver. Não existe “entidade social” e, conseqüentemente, “não pode existir entre nós nenhum gesto de compensação moral” (NOZICK, 2011, 41). O mal que é feito a uma pessoa não é cancelado pelo bem feito à outra de forma análoga ao sacrifício que uma pessoa pode fazer do seu “eu presente” em prol de seu “eu futuro”. Redistribuições intra-pessoais e inter-pessoais são, portanto, essencialmente distintas.

Feita essa breve discussão da teoria moral de Nozick, tratemos das diferentes partes do seu livro. Na primeira parte, Nozick buscará legitimar a existência de um Estado, rebatendo as alegações anarco-individualistas de que o Estado seria, por natureza, uma instituição imoral e prejudicial aos homens. Ele reconhece que a justificação lockeana do Estado não serve como argumento contra esse novo tipo de anarquista, o qual defende alternativas não-estatais para lidar

---

<sup>3</sup> Nozick conjectura que a razão pela qual esse conjunto de quatro características dá origem a restrições morais “esteja ligada àquela indefinida e difícil noção: o sentido da vida. Organizar a própria vida de acordo com um plano geral é a maneira de que dispõe uma pessoa para dar sentido à sua vida; só um ser com capacidade de organizar sua vida pode ter – ou esforçar-se por ter – uma vida que faça sentido” (NOZICK, 2011, p. 64).

com as “inconveniências do estado de natureza”<sup>4</sup>. Em resumo, o argumento de Nozick é que, a partir de uma sociedade anarquista, um Estado surgiria por meio de um processo de mão invisível, sem que houvesse qualquer violação dos direitos das pessoas. Como esse não é o foco desse trabalho, não entraremos em detalhes sobre o porquê disso.

Tendo legitimado a existência do Estado, Nozick discute quais são as suas funções legítimas na segunda parte do livro. Para ele, tais funções seriam bastante limitadas, de modo que somente um Estado Mínimo seria justificável. Nessa parte, Nozick critica a ideia de que um Estado maior do que o mínimo seria necessário para realizar a “justiça distributiva”, promover a “igualdade de oportunidades”, entre outras justificativas comumente levantadas. Trataremos mais pra frente da discussão que Nozick faz da justiça distributiva com maior profundidade.

Na primeira e segunda partes do livro, Nozick argumenta que um Estado Mínimo é moralmente justificável, mas que qualquer coisa que vá além desse mínimo é ilegítima. Na terceira parte do livro, ele busca mostrar que o Estado Mínimo não só é moralmente correto, como também constitui uma utopia inspiradora em prol da qual deveríamos lutar. Para Nozick, o melhor mundo possível (o estado de coisas ideal) não é o mesmo para todas as pessoas, de modo que a verdadeira utopia só poderia ser concebida no plural como utopias. O Estado Mínimo consistiria, segundo Nozick, numa *meta-utopia*, num arcabouço (*framework*) onde diversas concepções de utopia poderiam ser tentadas através da *associação voluntária* entre os indivíduos<sup>5</sup>.

O capítulo sobre a justiça distributiva compõe a segunda parte do livro. Entre as teorias sobre a justiça de posses, Nozick defende como correta a que ele denomina de teoria da titularidade. Essa teoria é composta por três partes: (i) princípios de justiça na aquisição; (ii) princípios de justiça na transferência; e (iii) princípios de justiça na retificação. Os princípios de justiça na aquisição delimitam as condições em que recursos sem donos podem ser apropriados. Os princípios de justiça na transferência caracterizam a forma como as posses podem ser justamente transferidas de uma pessoa para outra, ou podem retornar à condição de sem dono.

---

<sup>4</sup> Para Locke, tais inconveniências do estado de natureza seriam: (1) a inexistência de um árbitro imparcial para resolver as disputas entre indivíduos, os quais seriam naturalmente parciais se fossem eles os juízes de suas próprias causas; (2) a possibilidade de indivíduos não terem poder o suficiente para garantir seus direitos.

<sup>5</sup> Vale observar que tais associações não precisariam ser governadas por normas capitalistas ou libertárias. Para Nozick: “em uma sociedade livre, as pessoas podem infringir [contrair] várias restrições que o governo não pode, legitimamente, lhes impor” (NOZICK, 2011, p. 413).

Por fim, os princípios de justiça na retificação especificam como injustiças passadas podem ser retificadas, ou seja, como lidar com violações dos outros dois princípios. Juntos, esses três princípios fazem um tratamento exaustivo da justiça e sempre podem determinar as condições para que uma distribuição particular seja justa.

Nozick não discute de forma precisa as condições para o cumprimento desses três princípios, pois está mais preocupado em discutir a *estrutura formal* da teoria da titularidade, a qual é suficiente para contrastar com as estruturas formais das demais concepções de justiça na distribuição. Quanto à apropriação, ele discute brevemente e problematiza o princípio da apropriação de Locke<sup>6</sup> e a “ressalva lockeana”.<sup>7</sup> Em relação à transferência, Nozick diz genericamente que as transferências legítimas incluem trocas voluntárias e presentes e que, as não legítimas incluem fraude, roubo e transferências coercitivas. Sobre a retificação, Nozick levanta uma série de questões interessantes, sem, porém, oferecer qualquer resposta.

De acordo com a teoria da titularidade, uma posse é justa se foi alcançada por ações em conformidade com os princípios da justiça de apropriação, transferência e retificação. Se partimos de uma distribuição justa, então qualquer aplicação desses princípios garante que a distribuição final também será justa. Em outras palavras, não se pode chegar numa distribuição injusta pela aplicação de procedimentos justos a uma distribuição inicial justa.

A teoria da titularidade é uma teoria *histórica*: a justiça de um conjunto de posses é determinada pela forma com que ela surgiu, pelos processos históricos dos quais ela é resultado. Nesse sentido, ela contrasta com teorias *a-históricas* que só se preocupam com as características *estruturais* da distribuição de posses num dado momento ou num determinado intervalo de tempo. Teorias a-históricas são problemáticas porque há casos em que a forma com que uma pessoa adquire um objeto é de clara relevância. Por exemplo, quer A dê um livro a B, quer B roube o mesmo livro de A, terminaremos com duas distribuições estruturalmente idênticas e,

---

<sup>6</sup> Locke famosamente havia justificado a propriedade privada como sendo derivada da propriedade dos indivíduos sobre si mesmos (auto-propriedade). Para Locke, sendo auto-proprietários, os indivíduos também têm propriedade sobre o seu trabalho. Desse modo, um indivíduo ganharia um direito de propriedade sobre um objeto sem dono se ele “misturasse” o seu trabalho com o referido objeto.

<sup>7</sup> Para Locke, uma apropriação só é justificável quando deixa o bastante do bem em questão para os demais homens apropriarem. Nozick considera que essa ressalva é muito restritiva e oferece uma alternativa de ressalva: uma apropriação só seria justificada sob a condição de não deixar ninguém pior do que estaria se o recurso permanecesse sem dono.

portanto, as teorias a-históricas não diferenciariam entre esses dois casos. É evidente, no entanto, que ambas as situações não podem ser moralmente equivalentes.

A teoria da titularidade também deve ser distinguida de outras teorias históricas, como é o caso das concepções *padronizadas* de justiça. As concepções padronizadas especificam alguma dimensão natural (ou algum conjunto de dimensões naturais) de acordo com a qual as posses supostamente deveriam ser padronizadas. Exemplos famosos de distribuições padronizadas incluem as de acordo com a necessidade, o “mérito” e a contribuição marginal. Conjuntos de posses gerados de acordo com os princípios de Nozick podem conter diversos padrões internos, mas não existe um padrão geral com o qual toda a distribuição deve se conformar.

Nozick faz várias críticas às concepções padronizadas de justiça, entre as quais está a crítica ao seu pressuposto implícito de que os bens “caem do céu”. Em outras palavras, ele questiona o tratamento dos bens como se eles tivessem surgido do nada. Bens precisam ser produzidos. A produção dá origem a titularidades que proíbem a distribuição dos bens produzidos. O argumento principal de Nozick contra concepções padronizadas de justiça, porém, é que a liberdade frustra padrões. Qualquer padrão só pode ser mantido ou proibindo-se atos que o frustrem, ou pela constante redistribuição para trazer o padrão de volta à existência.

Para ilustrar, Nozick fornece o famoso exemplo de Wilt Chamberlain. Suponha que os bens de uma sociedade estejam inicialmente distribuídos conforme alguma concepção padronizada de justiça. Wilt Chamberlain assina um contrato com um time de basquete acordando que 25 centavos de cada ingresso vendido irão para ele. Durante a temporada, um milhão de pessoas vão assistir aos jogos, felizes e satisfeitos em poderem assistir Chamberlain jogando. No final do período, Chamberlain terminará com US\$250.000 provenientes da venda de ingressos e será muito mais rico do que qualquer outra pessoa. Iniciamos num ponto de partida justo e tomamos passos justos. Por que razão, então, o resultado seria injusto?

Consideremos as duas formas anteriormente citadas de preservar uma distribuição padronizada. Iniciemos pela primeira forma de preservar um padrão, i.e., a proibição das transferências voluntárias que o minam. Como a maioria absoluta dos usos dos recursos frustram o padrão, não há muito o que possa ser feito com eles. Como diz Nozick:

Os princípios distributivos padronizados não dão às pessoas aquilo que o princípio da titularidade lhes dariam, apenas mais bem distribuídos, uma vez que eles não dão o direito de escolher o que fazer com aquilo que se tem (NOZICK, 2011, p. 214-5).

As teorias padronizadas, só consideram as pessoas como *receptientes* de recursos, e não como agentes que fazem uso dos mesmos. Portanto, tais teorias são, em certa medida, auto-contraditórias. Isso ocorre pois as restrições e interferências nos usos dos recursos (necessárias para manter o padrão) retiram parte da justificação original para implementar o padrão. Se eu não posso utilizar de maneira que julgar conveniente os recursos que me foram redistribuídos, então vejo-me privado de um razão importante pela qual eu inicialmente desejava esses recursos.

Consideremos agora a outra forma de manter o padrão: a constante redistribuição. Contra isso, Nozick argumenta que a taxação de renda proveniente do trabalho equivale a trabalho forçado:

[...] os princípios padronizados de justiça social envolvem a apropriação das ações de outras pessoas. Confiscar o resultado do trabalho de alguém equivale a confiscar horas de sua vida obrigando-o a exercer várias atividades (NOZICK, 2011, p. 221).

A taxação envolve a tomada do produto do trabalho de alguém. Tomar o produto de  $n$  horas de trabalho de alguém equivale a tomar  $n$  horas dessa pessoa. É forçar essa pessoa a trabalhar  $n$  horas por um propósito que ela não escolheu. Dar às pessoas um direito ao produto do trabalho de outras pessoas equivale a dar a pessoas a propriedade parcial sobre outras pessoas. Isso contraria frontalmente a tese de auto-propriedade.

Uma das objeções à teoria da titularidade vem de Rawls. Para esse último, o sistema deve ser rejeitado, pois ele permite a distribuição das partes seja impropriamente influenciada por contingências naturais e sociais que são arbitrárias do ponto de vista moral. Segundo Rawls, nós devemos nulificar os efeitos dessas dotações e contingências sociais. Nozick rebate dizendo que, na discussão de Rawls, as escolhas que as pessoas fazem estão ausentes. Embora as dotações naturais e circunstâncias sociais possam ser arbitrárias, não segue necessariamente que o que fazemos com essas dotações e como as desenvolvemos é arbitrário. O fato da situação de escolha ser arbitrário não implica automaticamente que as escolhas feitas nessa situação são igualmente arbitrárias. Dizer que as escolhas são igualmente arbitrárias em relação às contingências sociais significa denegrir a autonomia, a dignidade e o valor dos indivíduos. Se os indivíduos não podem



reclamar responsabilidade por suas próprias escolhas, não há muito espaço para tratá-los como agentes morais, o que é contrário ao espírito da própria teoria de Rawls.

A afirmação de que as dotações naturais e as circunstâncias sociais são arbitrárias do ponto de vista moral pode ser utilizada de duas formas. De acordo com Nozick, há os argumentos positivo e negativo.

Enquanto o raciocínio positivo procura determinar que os efeitos distributivos das diferenças naturais têm que ser eliminados, o raciocínio negativo – pelo simples fato de rebater *um* raciocínio de que as diferenças não devem ser anuladas – deixa aberta a possibilidade de que (por outras razões) as diferenças não devam ser anuladas (NOZICK, 2011, p. 279).

O argumento positivo tenta estabelecer que as diferenças resultantes de fatores moralmente arbitrários deveriam ser neutralizadas. O problema desse argumento, para Nozick, é que ele implicitamente equivale a um conceito padronizado de justiça, o qual já foi criticado previamente. O argumento negativo, por outro lado, afirma que diferenças distributivas provenientes de diferenças naturais não são merecidas. Contra o argumento negativo, Nozick enfatiza a diferença entre merecimento e titularidade. Para Nozick, há muitas coisas às quais somos entitulados e não merecemos e outras às quais merecemos e não somos entitulados. A justiça distributiva, porém, preocupa-se apenas com titularidade, e não com merecimento. Logo, o argumento negativo torna-se inútil contra a teoria da titularidade.

## **Bibliografia**

BADER, R. M.; MEADOWCROFT, J. **Robert Nozick (Major Conservative & Libertarian Thinkers)**. [S.l.]: Bloomsbury Academic, v. 11, 2010.

LONG, R. T. Robert Nozick, Philosopher of Liberty. **Foundation for Economic Education**, 1 September 2002. Disponível em: <[http://www.fee.org/the\\_freeman/detail/robert-nozick-philosopher-of-liberty#axzz2UhwY2sOL](http://www.fee.org/the_freeman/detail/robert-nozick-philosopher-of-liberty#axzz2UhwY2sOL)>. Acesso em: 29 May 2013.

NOZICK, R. **Anarquia, Estado e Utopia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

RAICO, R. Robert Nozick: A Historical Note. **LewRockwell.com**, 5 February 2002. Disponível em: <<http://www.lewrockwell.com/raico/raico15.html>>. Acesso em: 5 May 2013.